

Actas del
IX Congreso Internacional
de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval

(A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)

III

Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval, 2005.

© Carmen Parrilla
© Mercedes Pampín
© Toxosoutos, S.L.

Primera edición, septiembre 2005

© Toxosoutos, S.L.
Chan de Maroñas, 2
Obre - 15217 Noia (A Coruña)
Tfno.: 981 823855
Fax.: 981 821690
Correo electrónico: editorial@toxosoutos.com
Local en la red: www.toxosoutos.com

I.S.B.N. obra conjunta: 84-96259-72-2
I.S.B.N. volumen: 84-96259-75-7
Depósito legal: C-2072-2005

Impreso por Gráficas Sementeira, S.A. - Noia
Reservados todos los derechos

O sertão do faz-de-conta: medievalismo(s) em José de Alencar

Lênia Márcia Mongelli
Universidade de São Paulo

1. Já se disse, de forma enfática, que existem pelo menos “três Alencares”, que podem ser até quatro, consoante a distribuição de sua vasta prosa de ficção em *urbana, indianista, histórica e regionalista*. A aproximar a diversidade de tendências em que se ocupou este laborioso escritor, ao longo de seus quarenta e oito anos de vida (1829-1877), está assentado que ele foi medularmente romântico.¹

O rótulo não é dos mais lisonjeiros e tem várias implicações, concernentes a certos modismos de geração: 1) suas personagens são indiferenciadamente heróis estereotipados, de comportamentos-padrão, quer residam no campo, quer na cidade; 2) seus enredos, bem urdidos –conforme dita uma pródiga imaginação– são pretextos adocicados para fazer valer a excelência dos protagonistas; 3) da rigidez de modelos pré-concebidos resulta a carência de observação da realidade; 4) o que implica em fuga, devaneio, desvarios da fantasia;² 5) um estilo, pela óptica brasileira, comprometido com a “cor local”, em sua obsessão por temas

¹ Entre os nossos principais historiadores da literatura, há pouquíssimas e irrelevantes discrepâncias quanto a estas classificações: Antonio Cândido, “Os três Alencares”, em *Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*, II, Martins, São Paulo, 1971⁴, pp. 221-236; Massaud Moisés, *José de Alencar: ensaio de interpretação*, Cultrix, São Paulo, 1968; José Aderaldo Castelo, “O segundo período ou o período colonial. O século XIX e a identidade debatida”, em *A Literatura Brasileira: origens e unidade* (parte II), II, EDUSP, São Paulo, 1999, pp. 159 e ss. Não esquecer que tais estudos retomam trabalhos pioneiros de Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo, dentre outros.

² Como é próprio do *zeitgeist* oitocentista: Fidelino de Figueiredo, *História da literatura romântica (1825- 1870)*, Livraria Clássica, Lisboa, 1923.

como a Natureza pujante e o “bom selvagem”.³ No cômputo geral, teríamos um escritor “ultrapassado”, datado ao gosto de uma classe social e de um momento histórico, mas que nos deixou o requinte da linguagem exemplar.

Para o enquadramento do autor nesse chavão, ainda se poderia lembrar sua participação —como jornalista e como político— nos destinos revolucionários do Brasil oitocentista, por quase treze anos, pois, como deputado, militou de 1860 a 1873, inclusive com alguns reveses que o marcaram. Talvez por essa presença ativa é que não se perdoam suas criações romanescas consideradas algo alienantes,⁴ escudando-se num passado mirífico, impróprio de quem fora quase testemunha ocular de fatos decisivos que se seguiram à trasladação da corte portuguesa para o Brasil: mudanças sociais profundas determinadas pelos novos ideais liberais, desvio de rotação da balança econômica entre o açúcar do Nordeste e a ascensão da indústria cafeeira no Sudeste, perdas significativas do sistema escravista, com o fortalecimento das diretrizes republicanas, etc.⁵ Esse descompasso entre o ativista, cidadão carioca por adoção, e o ficcionista dos contos-de-fada é que teria relegado Alencar a certo ostracismo.

A injustiça suscita dois reparos: 1) os romances “históricos” alencarianos não são fenômeno isolado. Embora de manifestação tardia em relação aos modelos europeus, suas criações alinham-se pelas de Walter Scott, Fenimore Cooper, Garrett, Alexandre Herculano —a dizer de imaginário comum, acentuadamente épico—. O clima libertário que a dissolução do Antigo Regime desencadeou sustenta o vínculo de inspiração com uma Idade Média guerreira; 2) se o arcabouço estrutural dos romances veio de fora, foi com o temário da “brasilidade” que Alencar o recheou —nota distintiva, como se sabe, de nosso Romantismo—.

³ Excessos a que Machado de Assis contrapôs a sobriedade de seu comedimento crítico: “Instinto de Nacionalidade”, em *Crônica, crítica, poesia, teatro*, Cultrix, São Paulo, 1964, pp. 93-107.

⁴ Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, Cultrix, São Paulo, 1972, pp. 151-152.

⁵ Maria Yedda Linhares *et al.*, *História geral do Brasil*, Campus, Rio de Janeiro, 1990³⁸.

“Nativismo”, “indianismo”, “Natureza tropical” são alguns dos motivos que o cearense foi buscar aos primeiros cronistas brasileiros, desde a carta de Pero Vaz de Caminha.⁶ E é bom recordar que essa gente estava imbuída do espírito cavaleiresco em plena vigência na Península Ibérica expansionista, a desembarcar na costa litorânea brasileira os feitos memoráveis de Carlos Magno e dos Doze Pares de França.⁷

Portanto, ao contrário do que possa parecer, Alencar representa elo importantíssimo da corrente literária que colaborou para a formação da “identidade nacional” —no mesmo espírito que perdura dos primórdios nativistas à rebelião de Mário e Oswald de Andrade contra os cânones estrangeiros—. ⁸ Se seus índios aristocráticos e seus caboclos irreprensivelmente éticos são, de um lado, decorrência das lendas que há muito —e ainda— corriam acerca do paradisíaco “novo mundo”,⁹ nem por isso, de outro, eles são menos “brasileiros” em alguns aspectos fundamentais de sua constituição. Afinal, depois das contribuições da “história das mentalidades” ao pensamento moderno, já se sabe que os mitos, por mais que se evadam, estão inseridos no tempo. E no tempo presente.¹⁰

2. O intuito de Alencar sempre foi o de retratar “poeticamente” o Brasil, de norte a sul, em seus usos e costumes. Disse-o várias vezes em *Como e por que sou romancista*, chegando a

⁶ São declarações do autor, no texto autobiográfico *Como e por que sou romancista*, Pontes, Campinas-SP, 1990, p. 48.

⁷ Peter Burke, “A cavalaria no Novo Mundo”, em *Variiedades de história cultural*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000, pp. 195-211.

⁸ Esta é a linha básica de interpretação que Castello mantém na recente reedição de sua *A Literatura brasileira*, op. cit.

⁹ Carmen Bernand, Serge Gruzinski, *História do Novo Mundo*, EDUSP, São Paulo, 1997.

¹⁰ “É verdade que o mito abole o tempo histórico e que o rito ciclicamente leva seus participantes àquele momento indefinido. Mas ao mesmo tempo o rito representa o mito, isto é, torna-o novamente presente, torna-o contemporâneo dos que dele participam. Mito e rito não existem na sua atemporalidade intrínseca, mas na historicidade que lhes dá sentido e à qual eles próprios dão sentido.” Hilário Franco Júnior, “Cristianismo medieval e mitologia: reflexões sobre um problema historiográfico”, em *A Eva barbada: ensaios de mitologia medieval*, EDUSP, São Paulo, 1996, p. 47.

comparar o modo de criar *O Guarani* –obra de sucesso imediato, escrita aos vinte e sete anos– ao de Cooper, considerado mais “realista”, assumindo portanto, publicamente, sua veia lírica e idealizante.¹¹ Na ordem da preferência popular, os romances urbanos e os indianistas encabeçam a lista: em alguns daqueles, Alencar mostrou sua aptidão para a análise psicológica, para a montagem de cenas dramáticas, como em *Lucíola* ou *Senhora*;¹² nestes, a sintonia com a nação em busca de si mesma, que tinha no selvagem autóctone o que de mais autêntico a terra produziu, sem mediação da coroa portuguesa. Se, neste segundo grupo, os índios agem à feição do cavaleiro medieval, é com os romances históricos e os regionalistas que Alencar verdadeiramente recriou a Idade Média: em *As minas de prata*, bom exemplo da habilidade arquitetônica do ficcionista, a sociedade baiana da era colonial (o enredo desenvolve-se a roda de 1608) parece perfeita para recompor a ambiência de castelões empenhados em jogos de amor, justas e torneios campais –propícios às manifestações de valentia heróica–. Em *O gaúcho*, *O sertanejo*, etc., os “regionalistas”, a receita é ainda mais eficaz e o homem da terra reedita, em tudo, a elevação moral de um Cid Campeador ou de um Amadis de Gaula.

O Alencar dos dois primeiros grupos é incluído nos programas de cursos secundários e universitários como “leitura obrigatória”; que razões teriam levado ao esquecimento dos dois últimos grupos? A insatisfação talvez se deva à presença ostensiva da Idade Média, claramente explicitada e referida como parâmetro por Alencar, aplicada a regiões e a modos de vida que parecem visceralmente distantes do luxo cortesão europeu cultivado nas cortes feudais do medievo central. E mais, sempre no âmbito das hipóteses: o romancista referendaria comportamentos arbitrários, uma política escravista a favor do forte e

¹¹ *Op. cit.*, p. 61.

¹² Dante Moreira Leite, “Lucíola: teoria romântica do amor”, em *O amor romântico e outros temas*, Nacional-EDUSP, São Paulo, 1979, p. 54.

com efeitos desumanos sobre os fracos etc., tudo em nome de “imitar” realidades alheias. Sua cosmovisão, assentada em ouropéis, mal disfarçaria a crueza do verdadeiro cenário. O problema (ou impasse?) emerge de cada uma das páginas de *O sertanejo*, talvez pelo fato de a trama desenrolar-se em zona muito próxima ao chamado Sertão nordestino – espaço de caatingas, de seca inclemente e de baixa produtividade da terra, oposto à importância econômica da fértil Zona da Mata ou das vantagens do clima intermediário do Agreste–. Sedar a pompa medieval, como faz Alencar n’*O sertanejo*, em terreno supostamente tão inóspito, não é recurso no mínimo esdrúxulo? Não estaria o leitor assustado com o “artificialismo” da transposição de imagens? A obra referida é um ótimo espécime para aprofundar essas reflexões.

O sertanejo é de 1875, a dois anos da morte do escritor. Obra da maturidade, em que pese a ingenuidade que possa transpirar, revela procedimentos inventivos arraigados, convicções que já transpuseram os arroubos do entusiasmo juvenil. Não custa tirar daí a primeira lição: se Alencar se mantém firme numa linha criativa que vai de *O guarani* a *O sertanejo*, é porque essa maneira de conceber a realidade está atrelada às suas mais íntimas disposições anímicas e deve também estar presa às raízes profundas do Brasil oitocentista. Em rápido esboço, eis o enredo: o orgulhoso capitão-mor Gonçalo Pires Campelo, milionário dono da fazenda Oiticica e marido de D. Genoveva, é pai da filha única, a mimosa D. Flor. Cresceu com a garota, como irmão, o vaqueiro Arnaldo Louredo, filho da ama-de-leite Justa e destinado, pelo patrão, para Alina, parenta distante adotada por caridade. Arnaldo nutre por Flor um amor espiritualizado e sem esperanças, mas suficiente para fazê-lo recusar o “arranjo” matrimonial com Alina. Os fatos precipitam-se quando surge o jovem Marcos Antônio Fragoso, igualmente rico e dono da fazenda Bargado, pretendente à mão de Flor. Recusado, enfurece-se e arma um enorme contingente para atacar a Oiticica; não contava, porém, com a corajosa intervenção de Arnaldo,

mateiro ladino e obstinado, que, auxiliado pelo misterioso nativo Jó, derrota o inimigo. No epílogo, Flor continua sozinha e Arnaldo pode perpetuar seu desprezioso estado de adoração.¹³

As relações belicosas entre grandes senhores de terra do Nordeste brasileiro –fábula concretamente plantada nas origens da colonização–¹⁴ ensejam a recuperação de valores medievais: o comando intransigente do capitão-mor Campelo, exigindo de seus peões-vassalos fidelidade indiscutível; a valentia da mulher sertaneja, humilde para obedecer no lar onde vive reclusa, mas soberba para defender-se no perigo; o apego às armas como estratégia de sobrevivência, mantendo em casa um pequeno exército com seu “condestável”; as “audiências” concedidas pelo suserano, com dia e hora marcados –diálogos com um populacho inteiramente dependente da vontade do comandante. Enfim, vínculo muito claro de medievalismo e família patriarcal nordestina,¹⁵ com múltiplas facetas que se vêm sedimentando desde a chegada, aqui, de portugueses e espanhóis–¹⁶ inscrevendo o romance na longa duração, objetivo explícito de José de Alencar:

E que pensa, Fragoso, que nossos vaqueiros não seriam homens para medir peças em jogos de destreza aos mais esforçados paladinos de outras eras? Por mim tenho que nunca Roldão, Lançarote, ou algum outro dos doze pares de França estacou na ponta de sua lança um cavalheiro a disparada com tanta bizzarria, como tenho visto topar um touro bravo na ponta da aguilhada. (p. 102)¹⁷

3. Para a finalidade que temos em mira –qual seja, o grau de “realismo” de Alencar no recuo a fontes históricas para mesclar a caatinga nordestina à Europa medievaa– são fundamentais os sete

¹³ José de Alencar, *O sertanejo*, Cultrix, São Paulo, 1969. (Todas as referências à obra serão extraídas desta edição. Para evitar excesso de notas, citações serão seguidas da indicação de página).

¹⁴ Boris Fausto, *História do Brasil*, EDUSP, São Paulo, 1996, pp. 47 e ss.

¹⁵ *Idem*, p. 73.

¹⁶ Híbridos apontados em: Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1975¹⁷, p. 4.

¹⁷ O “Roldão” referido por Alencar é das personagens mais populares do cordel nordestino. Jerusa Pires Ferreira, *Cavalaria em cordel*, Hucitec, São Paulo, 1979, p. 90.

primeiros capítulos da segunda parte de *O sertanejo*. Observando-se mutuamente como adversários velados, ainda em clima amigável, o capitão-mor Campelo aceita o convite de Marcos Fragoço para comparecer a uma “vaquejada”, que Alencar assim define:

sertão do norte oferecia então aos ricos fazendeiros uma ocupação idêntica a das correrias de lobos e outros animais daninhos, em que se empregava a atividade dos nobres do reino.

Eram as vaquejadas do gado barbatão, que se reproduzia com espantosa fecundidade, por aqueles ubérrimos campos ainda despoçados. (p. 135)

Como se percebe, o ficcionista cria paralelos entre a vaquejada e o torneio medieval. Tanto a “saída” (cap. I) quanto a “volta” (cap. II) do grupo se faz por entre comportamentos ritualísticos, à maneira de novelas de cavalaria como a *Demanda do Santo Graal*: antes de partir em busca do Santo Vaso, os súditos de Artur são agraciados com uma série de sinais da importância do evento – as *mirabilia*¹⁸ (a espada fincada no “padron”, o cavaleiro que entra em combustão, a “seedá” proibida, a chegada misteriosa de Galaaz etc.), suscitando banquete de comemoração e vestimentas suntuosas, à altura do preto.¹⁹ Atente-se para a indumentária de Campelo:

trajo do fazendeiro distinguia-se dos outros pela riqueza. Era de camurça finíssima, preparada de pele de veado, e toda ela bordada de labores e debuxos elegantes. A véstia, o gibão e as luvas tinham os botões de ouro cinzelado; e eram do mesmo metal e do mesmo gosto o broche que prendia a aba revirada do chapéu e as fivelas dos calções ou perneiras. (p. 134)

O almoço comemorativo do fim do “rodeio”, descrito à hora da “volta” (capítulo VII), é hiperbólico de ostentação:

Na ourela da mata, à sombra de umas grandes sicupiras copadas de flores roxas, tinham os criados do capitão Marcos Fragoço arvorado

¹⁸ Jacques Le Goff, “O maravilhoso no Ocidente medieval”, em *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Edições 70, Lisboa, 1985, pp. 19-37.

¹⁹ Em *Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur* (Ed. Íbis, Cotia, 1995), comentamos acerca do significado simbólico desta preparação: “Ritos e sortilégios: começa a demanda”, pp. 49-68.

um toldo de damasco amarelo, sobre estacas vestidas com o mesmo estofado de cor azul, formando assim um vistoso e elegante pavilhão. Ali já estava armada a mesa, a qual, feita de improviso com quatro forquilhas e ramos, ocultava esse aspecto rústico sob as telas de seda que a fraldavam até o chão. Sobre a alvíssima toalha do melhor linho de damasco, ostentavam-se com profusão as várias peças de uma riquíssima copa de ouro, prata, cristal e porcelana da Índia, que ofereciam ao regalo dos olhos, como do paladar, os vinhos mais estimados e as mais saborosas das iguarias da época. [...]

O chão fora tapeçado com uma grande alcatifa mourisca, na qual se viam estampadas as figuras das huris e dos guerreiros bem-aventurados, traçando no paraíso as mais graciosas danças orientais ou trocando entre si ardentes carícias. [...]

Pajens do reino, vestidos de garridas librés à moda do tempo, com longas casacas de abas largas, calções e meias brancas, vieram apresentar às damas e convidados ricas bacias de prata dourada, para lavarem as mãos, entornando água de jarros do mesmo lavor e metal. (pp. 179, 180, 181)

Por fim, ressalte-se a relação entre o homem e o animal, já que o gado bravo é o centro das atenções nas vaquejadas. O destaque das escaramuças fica por conta do boi Dourado (assunto do capítulo V, “A carreira”), que submete os vaqueiros a “uma corrida cega pelo mato fechado” e que sai sempre vitorioso. O narrador supervaloriza-o, com olhar cúmplice:

O Dourado tinha a coragem calma; ele conhecia o homem e estava habituado a afrontá-lo. No olhar com que observava os cavaleiros, descobria-se unida a segurança do corredor, que não teme ser vencido, a sagacidade do boi manhoso e experiente que calcula o perigo e sabe acautelar-se. (p. 153)

Pode-se dizer que a trama da obra, com variações suscitadas por circunstâncias de enredo, gira em torno desse núcleo, onde se externam ligações complexas, dos homens entre si e deles com os animais – como se Alencar intentasse estabelecer limites possíveis entre brasilidade e europeização, ou, nos termos em que vimos pensando, entre “realidade” e “fantasia”–. Até onde vão tais fronteiras?

4. Chama a atenção o fato de Alencar ter escolhido 1764 para ambientar sua história de “amor cortês”.²⁰ Portanto, um tempo anterior ao Primeiro e Segundo Reinados –no seio dos quais viveu– em finais já prenunciados de uma era, mas em que ainda se faziam valer as diretrizes de governo metropolitanas, implantadas e muito pouco reformuladas desde os primórdios da colonização. Dando as costas às medidas que aos poucos iam mudando a feição do Brasil como país agrícola, no qual a expansão econômica tinha que obrigatoriamente considerar o regime de terras (cite-se, por exemplo, o impacto que causou sobre a burguesia comercial oitocentista a extinção do sistema da transmissão de bens por morgadio, em 1835, ou a lei Eusébio de Queirós, de 1852, abolindo o tráfico negreiro, ou, ainda, a criação do crédito bancário),²¹ Alencar privilegia o velho modelo das *sesmarias* ó a que se vincula o método povoador das capitânicas e as futuras “bandeiras”, explorando zonas inteiras desérticas, no sentido periferia-interior do país–. Embora depois de 1822 se extingam as *sesmarias*, e a simples “posse” a partir de 1850, legalizando o mercado de venda e concessão de terras, o capitão-mor Gonçalo Pires Campelo alencariano ainda é o paradigma do “barão feudal” ou “grande proprietário” ou “senhor de engenho”, versão tupiniquim de uma autoridade similar àquela, mesmo não sendo exemplar do feudalismo como organização política, freado pela duradoura dependência vassálica em relação à monarquia lusitana.²²

²⁰ Austero e conservador, o romancista critica severamente a sociedade que o cerca. Ver: Antonio Soares Amora, *O Romantismo (A Literatura Brasileira, II)*, Cultrix, São Paulo, 1973, p. 248.

²¹ Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, II, Globo, São Paulo, 2000¹⁵, pp. 407-420.

²² O tema, como se sabe, é dos mais polêmicos, aqui apenas afluído na medida em que ajuda a decifrar o cenário ambíguo onde Alencar dispôs suas personagens. Dentre outros títulos, cite-se para consulta: R. Faoro, “O chamado feudalismo brasileiro”, em *Os donos do poder, op. cit.*, I, pp. 127-133; Caio Prado Jr., “Povoamento”, em *Formação do Brasil contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo, 1981¹⁷, pp. 35-70; Sérgio Buarque de Holanda, “Novos tempos”, em *Raízes do Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1971⁶³, pp. 113-125, onde fala de “aristocracia rural semi-feudal”.

O governo da Oiticica é absolutista e só mui longinquamente passam por lá ecos da Corte. Como diz Alencar, a extensão do comando alcança toda a região do Quixeramobim, de Critiúis ao Jaguaribe, descendo até o Exu, já na fronteira com Pernambuco. A nos basearmos nesta descrição, a zona central do Ceará, com tentáculos que se estendem por Pernambuco e pelo Piauí, pertencem a Campelo. Isto inclui não só terras, mas o contingente humano que as habita. Soberano dos destinos dos homens, do gado e até das árvores, Campelo é a *persona* de nosso *pater familias*, assentado principalmente nos campos do Nordeste, segundo a política de povoamento portuguesa, a investir na economia agrícola da produção canavieira:

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano canônico, mantidas na Península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do *pater-familias*. Esse núcleo, bem característico, em tudo se comporta como seu modelo da Antigüidade, em que a própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*.²³

Alencar segue par e passo essa receita na composição moral de Campelo:

O fazendeiro, terminado o jantar que naquele tempo era ao meio-dia, fazia regularmente a sesta até passar a força do sol, como ainda hoje se usa pelo sertão. Depois do que vinha sentar-se ali, no pórtico da casa, onde já achava a sua cadeira senhorial, trazida por um pajem. Abrigado pela sombra do edifício que ia cair sobre o terreiro, entendia com os negócios da herdade e provia a tudo quanto dependia de suas ordens. Se era preciso, montava a cavalo e transportava-se ao lugar onde se fazia necessária sua presença, qualquer que fosse a distância, e devesse embora voltar alta noite ou pela madrugada. Em tudo isto, porém, não se afastava uma linha daquela gravidade

²³ S. B. de Holanda, *op. cit.*, p. 49.

metódica e pausada, que formava a compostura de sua pessoa e que ele julgava um dever imprescindível de sua importância e riqueza. (p. 118)

E, ainda, Gonçalo Pires Campelo é militar, capitão-mor, posto referendado pela Coroa no recrutamento de autênticos *caudilhos*, espécie de nobreza guerreira rural, encarregada de preservar os ganhos da conquista e de manter a ordem territorial por largas extensões despovoadas.²⁴

Um ideal aristocrático de vida orienta os atos dos grandes fazendeiros e senhores de engenho da era colonial. D. Flor procede segundo rígidos princípios hierárquicos e seu exacerbado decoro não admite sequer alguma aproximação mais íntima de seu colação Arnaldo, mantido à distância adstrita a convenções sociais. A voz do pai lembra constantemente à filha: “vista-se e comporte-se como quem e!”.²⁵ Até a estranheza do requintadíssimo almoço oferecido por Marcos Fragoso em plena caatinga, sob tenda oriental, com pajens enluvados e portando baixelas de prata, procura reconstituir o *modus vivendi* das casas patriarcais: Alencar corre atrás da tradição cordelística para inspiração do cenário,²⁶ é verdade; mas as importações de sedas orientais e de mobiliário europeu realizados por proprietários no afã de reproduzir maneirismos cortesãos²⁷ eram uma das distinções de poder.²⁸

O ingrediente fantástico-maravilhoso, de que a tradição céltica e saxônica sobrecarregou a cavalaria literária a partir do século XII, está bem exemplificado pela presença dos animais em *O sertanejo*. Ecoando herança milenar, Arnaldo “fala” a língua dos bichos: é

²⁴ R. Faoro, *op. cit.*, I, pp. 159-160.

²⁵ Segundo Leila Mezan Algranti, a simplicidade dos costumes e das casas no período colonial mais destaca as exceções oferecidas pelas residências opulentas: “Famílias e vida doméstica”, em *Historia da vida privada no Brasil*, I, org. de Laura de Mello e Souza, Companhia das Letras, São Paulo, 1997, pp. 83-154; a distinção começa pelo modo de trajar: Miridan Knox Falci, “Mulheres do sertão nordestino”, em *História das mulheres no Brasil*, org. de Mary Del Priore, Contexto, São Paulo, 1997²⁸, pp. 241-277.

²⁶ J. P. Ferreira, “O repasto como etapa de ação”, em *A cavalaria em cordel*, *op. cit.*, p. 86.

²⁷ Excessos que vários autores restringiram a proporções mais modestas: R. Faoro, *op. cit.*, I, pp. 131-132.

²⁸ Oliveira Vianna, “Populações rurais do centro-sul”, em *Populações meridionais do Brasil*, I, José Olympio, Rio de Janeiro, 1952⁵⁸, pp. 27-32.

imitando o cantar da araponga que ele envia “sinais” a Jó, ou escutando a inquietude da juriti que pressente perigos na floresta. O domínio sobre a onça é atestado de bravura que, sobre qualquer outro, impõe respeito naquelas plagas:

Há um quer que seja de satânico na pupila da onça, como na de toda raça felina; e é por essa afinidade que nas antigas lendas o príncipe das trevas aparece mais freqüentemente sob a figura de um gato negro, miniatura do tigre.

Daí provém talvez o supersticioso terror que inspira a fosforescência desses olhos ao mais valente sertanejo, ao temer o que jamais pestanejou em face da morte; e nem se abala com o medonho rugido da fera. (p. 44)

Câmara Cascudo diz do amplo espectro da onça no folclore brasileiro,²⁹ com a variante simbólica da Morte que ela representa, tema bem aproveitado por Ariano Suassuna.³⁰ Os derramamentos da ficção não obnubilam a precisão da fotografia. Esta revela também o Alencar jornalista e sua referida fidelidade à tradição do cordel.

O enredo que supervaloriza Arnaldo e Flor tem, portanto, o palco do Nordeste como indispensável coadjuvante. Aqui e ali, nos interstícios da romantização, o escritor insinua, ainda, sua voz mordente, sua denuncia velada. É o faz-de-conta focalizado de outro viés.

V. Se a moda literária oitocentista favorecia a recuperação de remanescentes medievais em uma região brasileira de hábitos acentuadamente arcaicos, mais convincente se torna o retrato por interferências diretas do narrador, a estabelecer diálogo cheio de subentendidos críticos com o leitor. Enumerem-se esses comentários: 1) o sertão desértico, castigado por seca inclemente,

²⁹ Câmara Cascudo, *Dicionário do folclore brasileiro*, Global, São Paulo, 2000⁹. Verbetere “onça”. Ver, ainda, do mesmo autor, *Contos tradicionais do Brasil*, Global, São Paulo, 2000⁸.

³⁰ Por exemplo, em *O rei degolado: ao sol da onça Caetana* (José Olympio, Rio de Janeiro, 1977). Essa “moça”, como diz Arnaldo (p. 84), foi muito referida por Suassuna em recente entrevista: *Cadernos de Literatura Brasileira: Ariano Suassuna*, Instituto Moreira Salles, São Paulo, 2000, pp 23-51. Ver, ainda, Idelette Muzart Fonseca dos Santos, *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial*, UNICAMP, Campinas, 1999 (em especial o cap. 2: “Nordeste: espaço-tempo do imaginário armorial”, pp. 65-110).

é tema de várias conversas de Fragozo com seus amigos; 2) nesses imensos espaços vazios, espécie de terra-de-ninguém, imperava o “despotismo sem freio”, atuando à revelia da Coroa portuguesa; 3) daí o arbítrio, as injustiças, a escravidão aviltante de índios e negros; 4) contra tais desmandos, nem sempre a religião podia ser consolo; 5) e os confrontos armados, desavenças passadas de geração a geração, grassavam por todos os lados; 6) será talvez a essa deterioração subterrânea, mas claramente configurada, que se refere, de modo emblemático, o comentário do velho Jó: “Não te desconsoles, filho; é preciso que os homens se devorem entre si, para que a terra caiba à raça de Caim” (p. 283).

Alencar carrega nas tintas sobre as relações sócio-político-econômicas entre explorador e explorado, como um dos pólos negativos criados pela distribuição populacional do Brasil-colônia. Seu olhar é certo, pelas informações de Caio Prado Júnior: segundo este historiador, a região do Nordeste onde transcorre a fabula do romance fica mais ou menos “prensada” entre alguma fertilidade oferecida pelas zonas pluviais do Piauí e as terras ao redor do S. Francisco, produtividade que irá confluír para o alto Maranhão. No século XVIII, inexpressiva presença ativa se concentra no sul do Ceará, nas imediações da Chapada do Araripe; no mais, é uma

ocupação muito irregularmente distribuída. De uma forma geral, escassa e muito rala: o pessoal das fazendas de gado, únicos estabelecimentos da região, não é numeroso, como já foi descrito. Onde também um comércio, afora a condução do gado, pouco intenso; resultando disso aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas umas das outras. [...] Os fatores naturais, em particular a ocorrência de água, tão preciosa neste território semi-árido, tem aí um papel relevante. [...] Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicações emprestam alguma vida. Ao longo delas estabelecem-se alguns moradores, apesar das dificuldades locais, para prestarem concurso aos viajantes e às boiadas que transitam na proximidade.³¹

³¹ Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1980²⁴, pp. 66-67. Segundo Celso Furtado, no último quartel do século XVIII, só o Maranhão mostrou efetiva

Atente-se para a descrição de Alencar na abertura de *O sertanejo*:

Não era assim no fim do século passado, quando apenas se encontravam de longe em longe extensas fazendas, as quais ocupavam todo o espaço entre as raras freguesias espalhadas pelo interior da província.

Então o viajante tinha de atravessar grandes distâncias, sem encontrar habitação que lhe servisse de pousada; por isso, a não ser algum afoito sertanejo a escoteira, era obrigado a munir-se de todas as provisões necessárias tanto à comodidade como à segurança. (p. 13)

Parece evidente que o escritor esteve deveras marcado, durante toda a vida, por aquela jornada em que, “com olhos de menino de dez anos”, atravessou do Ceará à Bahia.³² Se idealizou personagens, alicerçou-as, contudo, em território nacional, com identidade claramente demarcada por entre receitas alienígenas.

Sisudo e moralista, fazia parte da personalidade de Alencar um aguçado espírito crítico, de que deu mostras nas várias polêmicas que travou com contemporâneos.³³ Atento à terra natal, desejando a ela retomar como senador e inexplicavelmente barrado por D. Pedro II, Alencar acumulou mágoas suficientes para deitá-las contra, de alguma forma, o poder constituído. Que melhor maneira de realizá-lo do que através da ironia mais que velada?

A literatura popular cordelística tem, na zombaria à “autoridade”, uma de suas preferências intensamente cultivadas, derivando para o farsesco, o picaresco, o satírico³⁴ —a que se pode

prosperidade, por atenções especiais e interesses particulares do governo de Pombal: “excluído o núcleo maranhense, todo o resto da economia colonial atravessou uma etapa de séria prostração nos últimos decênios do século”, em *Formação econômica do Brasil*, Nacional, São Paulo, 1975, pp. 90-91.

³² *Como e por que sou romancista*, op. cit., p. 48. A tomarmos por base os mapas e dados estatísticos oferecidos por Bóris Fausto, na segunda metade do século XVIII, a urbanização da zona interiorana nordestina, a que nos vimos referindo, concentrava-se em torno da cidade de Oeiras, no Piauí; no mais, havia vilas dispersas e áreas vazias sob sua influência. Ainda por volta de 1819, estimava-se toda a população do Ceará (livres e escravos) em 201.170 pessoas. *História do Brasil*, op. cit., pp. 135-140.

³³ Brito Broca, “Alencar e a polícia do Império”; “Lutas e debates de José de Alencar”, em *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*, Pilis-INL, São Paulo, 1977, pp. 249-253 e 254-256, respectivamente.

³⁴ Ver o artigo de Wilson Martins a propósito de *A pedra do reino*, “O romanceiro da pedra e do sonho”, em *Cadernos de literatura brasileira: Ariano Suassuna*, op. cit., pp. 111-128.

remeter a cena de duelo (físico, gastronômico, social) entre Campelo e Fragoso—. Por esse ângulo, Alencar revisita antiga tradição literária, que passa obrigatoriamente pelos *fabliaux* franceses, pelos *carmina burana*, pelas *cantigas de escárnio e maldizer* galego-portuguesas e pelo teatro vicentino –“família” com largas raízes na cultura nordestina—. ³⁵ Extirpadas essas fontes de sua natural obscenidade –anacrônica dentro do bom-tom do Romantismo oitocentista– sobra a irreverência no trato com as classes melhor favorecidas: clérigos imorais, nobres fanfarrões, juízes desonestos, burguesas adúlteras, estudantes promíscuos, escrivães corruptos, sempre muito bem vestidos e disfarçando na aparência airosa seus vícios. Uma cena de “jogo”, como é, afinal, o torneio da vaquejada, ³⁶ estampa por si mesma a voz que Alencar não pôde então liberar.

Em um livro exuberante, Luis Weckmann examina a forte presença da Idade Média nas estruturas vitais da sociedade brasileira como decorrência natural do expansionismo marítimo português: o europeu que cá desembarcou, e que viu a terra com olhos d’além mar, estava possuído de espírito épico e de convicções cavaleirescas, mantidas pelos “fidalgos” donatários de capitânias. ³⁷ Trouxeram hábitos muito próximos aos cultivados por Gonçalo Pires Campelo, embora não revelassem da Natureza a íntima vivência do capitão-mor, atraídos que estavam por descrições lendárias, por sonhos míticos. A paisagem de Alencar é mais precisa, ao contrário do que se tem difundido.

³⁵ Lúgia Vassalo, *O sertão medieval*, op. cit. Há que lembrar, ainda, a teatralidade dos gestos como uma das notas distintivas da cultura da Idade Média: Jacques Le Goff e Jean-Clau-de Schmitt, *Dicionário temático do Ocidente medieval*, EDUSC-Imprensa Oficial, Bauru-SP, 2002, 2 vols.. Verbetes “Literatura(s)”.

³⁶ O aspecto cômico do lúdico está bem estudado por Johan Huizinga, *Homo ludens*, Perspectiva / EDUSP, São Paulo, 1971; e pelo recente trabalho de José Rivair Macedo, *Riso, cultura e sociedade na Idade Média*, UFRGS-UNESP, Porto Alegre-São Paulo, 2000 (principalmente o artigo “O riso profano: o testemunho da literatura aristocrática dos séculos XII-XIII”, pp. 141-162).

³⁷ Luís Weckman, *La herencia medieval de Brasil*, Fondo de Cultura, Ciudad de México, 1993. (Interessa especialmente o cap. VII, “El espíritu de la caballería”). Do mesmo autor, *La herencia medieval de México*, Colegio de México, Ciudad de México, 1984, 2 vols.